

CAMINHOS DA CIDADANIA

Comentários adicionais

Teresa Sales

A decisão da Comissão Editorial da Revista Brasileira de Ciências Sociais, de transformar meu artigo em debate, deu-me a preciosa oportunidade de escrever uma réplica aos comentários de Francisco de Oliveira, Juarez Brandão Lopes e Vera Telles. Intitulei a réplica "Caminhos da cidadania" - mesmo título do último capítulo da tese da qual proveio o artigo - por ser esse o fio da meada que me permite responder a muitas das ricas ponderações e críticas formuladas.

Começo pelo ponto mais polêmico, a cultura política da dádiva. Minha primeira aproximação a esse conceito nasceu da reflexão em torno dos dados colhidos nas entrevistas realizadas com lideranças de movimentos populares e com pequenos produtores rurais de áreas pobres do Nordeste beneficiários de programas governamentais. O processo que aparecia então era de metamorfose do que seriam direitos, direitos sociais, em dádiva. Como tal, essas dádivas se esfumavam no ar, continuando as populações como beneficiárias de coisa nenhuma e resultando tais programas apenas na formação de novos laços clientelistas e na reprodução das mesmas precárias condições de vida, reiterando laços de pobreza e submissão. A imagem que ficou desses laços de pobreza e submissão reiterados em contextos diversos dos antigos complexos rurais foi o dado que mais me impressionou nas entrevistas, sobretudo porque passei a observar esses mesmos laços em contextos distantes daquela origem, no cotidiano das relações sociais de diversos setores da sociedade urbana moderna e paulistana onde vivo, por exemplo, e principalmente, no do emprego doméstico.

Francisco de Oliveira afirma que a "dádiva" principal do Estado autoritário foi, sem dúvida, o FGTS, cujo arquétipo se encontra nas relações latifúndio-minifúndio do barracão e da proteção do patrão, se visto de meu enfoque. Valendo-se de autores como Gramsci e Thompson, que trabalham dialeticamente os elementos constitutivos da luta social na constituição dos direitos, Francisco questiona meu enfoque por insuficiente, lembrando faltarem, nisso que ele chama arqueologia do FGTS, as lutas pela terra ou pela reforma agrária, que são também parte constituinte do arquétipo da dádiva, onde já havia direitos. Parece-me que Francisco de Oliveira está olhando um mesmo processo - o da construção da cidadania-pela óptica do Estado, enquanto eu o vejo pela óptica da sociedade e, nessa medida, acentuo os aspectos de continuidade com situações pretéritas que contribuem para dificultar a obtenção dos mais elementares direitos por parte das populações pobres.

As lutas populares estavam sem dúvida na arqueologia do FGTS, como estavam nos diversos programas sociais que se implementaram sob a égide e o co-patrocínio do Banco Mundial, alguns até explicitamente para abafar áreas de conflitos. Vali-me de minha imaginação sociológica despertada no contato com os movimentos populares e com uma bibliografia que julguei pertinente para, justamente, tentar dissecar esse processo de construção da cidadania pela óptica da sociedade. E por essa óptica pude ver que o Estado, ao mesmo tempo em que reifica a cultura da dádiva - na medida em que as populações beneficiárias dos programas governamentais recebem os benefícios, que seriam seus direitos, como se fossem um favor, vinculando freqüentemente esse favor à figura de um ou outro intermediário dos programas -, contraditoriamente (ou dialeticamente, em outros termos), essa mesma ação do Estado pode estar contribuindo para a construção da cidadania das populações beneficiárias dos programas. Explico-me melhor.

Analizando algumas lutas sociais, não enquanto arqueologia dos programas de governo, mas no bojo mesmo da relação dos vários protagonistas da luta frente à implantação dos programas (era esse o objetivo do projeto de pesquisa

que originou a tese), o que pude constatar foi que o fato de os trabalhadores poderem contar com algum direito básico assegurado por exemplo o direito a uma mínima remuneração nas "Frentes de Emergência" da seca nordestina ou o direito ao financiamento à produção, no caso de pequenos produtores rurais, dentre os vários movimentos que acompanhei - e um contendor a quem se dirigir para externar suas demandas, faz uma enorme diferença para o rumo das suas lutas pela cidadania, sobretudo quando se compara a época presente à época em que predominava o poderio privado e a cidadania concedida. Avaliando dentro dessa óptica o movimento de saques, por exemplo, constatei que sua própria existência pouco tem a ver com o motivo último que na aparência o impulsiona: a sede, a fome e a falta de água e de alimentos. É possível que os primeiros movimentos de saques tenham uma estreita relação com os primeiros programas governamentais de combate às secas mediante a organização de Frentes de Emergência. Isso explicaria a silenciosa ética nos movimentos de saques, voltados sobretudo para os estabelecimentos governamentais, alvos de sua contenda.

Amartya Sen (1) dá pistas para entender essa questão. Seu ponto de vista é de que a pessoa será exposta a uma situação de carência alimentar (*starvation*) se, à propriedade que detém num certo momento, não corresponde uma cesta básica de alimentos suficiente para suas necessidades de alimentação. Sua habilidade de evitar fome depende, assim, tanto de sua situação de propriedade (as relações de propriedade são para ele relações de *entitlement*: outorga ou garantias básicas), como das correspondentes garantias de troca. Esse seu conceito é amplo o suficiente para abranger, inclusive, a propriedade da própria força de trabalho, desde que a ela corresponda a garantia assegurada da referida cesta básica. Nas economias onde existe a propriedade privada e a troca sob a forma de mercado, as outorgas básicas de uma pessoa dependem de dois parâmetros: o *endowment*, que seria a dotação ou a situação de propriedade da pessoa, e as garantias de troca decorrentes dessa dotação básica.

Para além de um programa de combate à fome e à pobreza, no âmbito do qual aquele autor trabalha suas idéias, o conceito de *entitlement* ajuda a compreender também aspectos políticos da luta dos trabalhadores pela sua cidadania: a outorga de direitos é o passo imprescindível para o indivíduo perceber-se como cidadão e poder, a partir daí, lutar por outros direitos além do que lhe é outorgado. Nesse sentido, os caminhos tortuosos da construção de nossa cidadania, que freqüentemente começa pela cidadania social via programas sociais de governo, mostram que, no presente, o Estado ainda desempenha um papel essencial enquanto provedor de um *welfare*: que, mesmo quando de bem-estar tenha muito pouco e mesmo quando assimilado qual dádiva pelas populações beneficiárias, propicia a existência de um contendor para os movimentos populares na luta pelos seus direitos.

A cidadania concedida, para dialogar agora mais explicitamente com Vera Telles, é usada no meu texto apenas para clarear os caminhos da construção da cidadania. Se a cultura da dádiva, enquanto avesso da cidadania, é um traço de nossa cultura política que avança para as relações sociais contemporâneas, a cidadania concedida é datada e supõe, como a própria comentarista ressalta, o domínio rural sobre o qual se erguem poder privado, mandonismo, dádiva e favor. E exatamente onde esse poderio privado prevalece - mesmo enquanto vestígio - sobre a ordem pública, dão-se mais visivelmente as relações de violência e a fuga das relações de mando-subserviência devido à mobilidade espacial das populações.

Mais que analisar situações pretéritas, contudo, o intuito do artigo é, como o próprio título sugere, ver as raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. A generalização de conclusões a partir de uma pesquisa de campo realizada na região mais pobre do país talvez seja um dos aspectos que moveram certos comentários de Juarez Brandão Lopes. Sem discordarem nada da também clássica bibliografia apontada por ele para mostrar a diferença entre as duas regiões, assentada no regime de trabalho que substituiu o trabalho escravo, diria apenas que essas situações diferenciadas não foram suficientes para dissolver a cultura da dádiva e do favor, mesmo no cerne da estrutura social "simplesmente capitalista" do Centro-Sul do país, conforme apontarei mais adiante. É certo que a constituição do trabalho livre na passagem do século foi um elemento diferenciador de regiões, sendo, ele mesmo, um marco que antecedeu ao período (os primeiros anos da década de 60) de ampla expulsão dos trabalhadores do âmbito do grande domínio que os mantinha em situação de subserviência, sobretudo na região Nordeste. Na região Centro-Sul veio a constituir-se, já naquele período pós-abolição, uma camada de trabalhadores livres e um campesinato desvinculado da grande propriedade (este magnificamente descrito por Antônio Cândido em *Os Parceiros do Rio Bonito*).

Se os comentários de Vera Telles e Francisco de Oliveira estão afinados na mesma música comigo, apenas mudando a partitura, onde eles estão talvez em clave de fá, para conseguir maior amplitude na escala, enquanto eu toco em clave de sol, o mesmo não acontece com o comentário de Juarez Brandão Lopes. Tendo, portanto, a concordar com seus comentários no que dizem respeito aos fatores de diferenciação regional, aos fatores estruturais responsáveis pela pobreza, a possíveis mudanças de valores de uma pobreza emergente em face de mudanças estruturais em curso, e até quanto ao fato de as relações de mando-subserviência serem estendidas no passado para além das camadas pobres da população. Esse dado, que não foi trazido à análise no âmbito de meu artigo, traz água, a meu juízo, para o meu

moinho. A extrema polarização das relações de classe e, junto com ela, a extensão das relações de mando-subserviência para amplas camadas da população, contribuíram para marcar ainda mais profundamente a cultura da dádiva. Com a complexidade da sociedade urbano-industrial as camadas médias da população entram naturalmente em um código mais impessoal de relações sociais. A cultura da dádiva continua, porém, a permear as relações sociais das camadas mais pobres da população, na medida mesmo de sua situação de instabilidade e informalidade ocupacional, dos baixos níveis de renda e concentração de renda e também da persistência de defasagens de renda regional. Os serviços domésticos, dos quais quase toda classe alta e média da população brasileira se beneficiam à moda da dádiva e do favor, são talvez o exemplo mais extenso numericamente e mais paradigmático dessa persistência da cultura da dádiva, o que, mesmo se considerado apenas numericamente, deixa-nos a anos-luz de distância dos países de capitalismo avançado e até de muitos de nossos vizinhos latino-americanos.

Chego ao ponto final do artigo e dos comentários, referindo-me ao fetiche da igualdade. De fato, como pondera Vera Telles, o "encurtamento das distâncias" seria mais apropriadamente um modo de reposição das hierarquias próprias do mundo privado. Porém não vejo em que isso tire o sentido de encará-lo, bem como à "democracia racial", enquanto fetiche da igualdade. A questão central dessa construção do fetiche da igualdade está ligada ao ponto levantado tanto nos comentários de Vera quanto nos de Francisco e que diz respeito à privatização das relações sociais, que tem na democracia racial e no homem cordial suas expressões ideológicas. No nível de uma réplica, nada teria a acrescentar aos argutos comentários de Francisco de Oliveira (a privatização das relações sociais, a que também se refere Vera Telles, é a chave para explicar o fetiche da igualdade); quero tão-somente incorporar sua sugestão, de que fico a dever um aprofundamento da própria pista que elaborei. Uma nova pesquisa, onde estudo trabalhadores imigrantes brasileiros nos Estados Unidos, começa a dar-me subsídios de outra natureza para observar e aprofundar essa questão, pois tem sido muito interessante ver como nosso "homem cordial" costura sua sociabilidade, enquanto imigrante clandestino, em um país onde a questão racial teve uma trajetória e tem um perfil atual inteiramente diverso do nosso. A conferir.

NOTAS

1. SEN, Amartya, (1988), *Poverty and famines - an essay on entitlement and deprivation*, Oxford, Claredon Press.